INSERÇÃO PRODUTIVA DOS ESTAGIÁRIOS DE MARINGÁ: UMA ANÁLISE POR GÊNERO

Isabela Alves Silva de Andrade (PIC), Marina Silva da Cunha (Orientador). E-mail: ra138904@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR.

Economia / Economia dos Recursos Humanos.

Palavras-chave: Estágio Curricular; Mercado de Trabalho; Desigualdade de Gênero.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a inserção produtiva no mercado de trabalho dos estagiários da Universidade Estadual de Maringá sob a perspectiva de gênero, compreendendo o período de 2007 a 2024. A metodologia caracteriza-se como um estudo de caso quantitativo e descritivo, utilizando dados secundários da Divisão de Estágios (ETG/UEM). Os resultados mostram que a volatilidade no volume total de contratos concentra-se na série feminina, sobretudo em períodos de crise, como em 2020, quando a retração das mulheres superou a dos homens. As mulheres predominam no setor público em todos os anos analisados, enquanto os homens se concentram, de forma crescente, no setor privado. O valor médio da bolsa masculina superou o feminino em todo o período, padrão que se repete nos contratos obrigatórios, de remuneração mais elevada para ambos os gêneros. Conclui-se que as desigualdades de gênero do mercado de trabalho, nacional e internacional, também se manifestam na etapa do estágio, reforçando a necessidade de políticas institucionais voltadas à equidade no início da formação profissional.

INTRODUÇÃO

As universidades desempenham papel fundamental no desenvolvimento regional, ao qualificarem o capital humano e impulsionarem a economia local. Segundo Santos (1996) as universidades se constituem em pilares da modernização e da organização territorial, com reflexos diretos na produção de conhecimento e na dinamização econômica. Nesse contexto, o estágio curricular configura-se como a principal via de inserção dos estudantes no mercado de trabalho.

Paralelamente ao papel formativo dos estágios, permanece atual o debate sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, cujo avanço, segundo a OIT, tem sido lento nas últimas duas décadas (Lins et al. 2025)

Cunha e Vasconcelos (2012) evidenciam que, entre 1995 e 2009, a participação feminina no mercado formal cresceu de 39,6% para 44,42%, acompanhada de aumento na remuneração média (de R$ 751,06 para R$ 824,06); ainda assim, os

salários masculinos permaneceram 33,08% superiores aos femininos no período, indicando a persistência de assimetrias estruturais mesmo diante do avanço da participação feminina.

Diante desse cenário, questiona-se em que medida as desigualdades de gênero observadas no mercado de trabalho, nacional e internacional, se reproduzem também na etapa do estágio, espaço tido como porta de entrada profissional. A relevância do estudo reside na possibilidade de subsidiar políticas institucionais voltadas à equidade de gênero na formação profissional. Assim, este trabalho é um estudo de caso quantitativo e descritivo sobre a inserção produtiva dos estagiários da Universidade Estadual de Maringá (UEM), entre 2007 e 2024, sob a perspectiva de gênero.

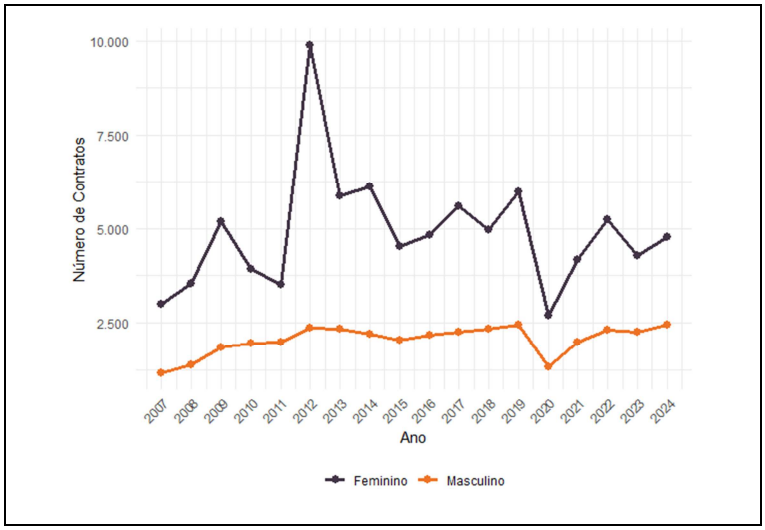
MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa configura-se como um estudo de caso da Universidade Estadual de Maringá, de abordagem quantitativa e descritiva. Foram utilizados dados disponibilizados pela Divisão de Estágios (ETG/UEM), de 2007 até 2024. Todas as variáveis foram desagregadas por sexo, possibilitando o cálculo de proporções e variações percentuais entre os períodos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise parte da evolução quantitativa dos contratos de estágio firmados entre 2007 e 2024, conforme ilustrado na Figura 1. Inicialmente, verifica-se um aumento nos contratos para homens, de 1.370 para 2.441, e femininos, de 3.530 para 4.767. Além disso, ao longo dos anos, observa-se que a volatilidade do volume total se concentra predominantemente na série feminina. Os contratos masculinos oscilam em intervalo comparativamente contido enquanto os femininos variam em maior proporção.

Figura 1 – Evolução dos contratos de estagiários, segundo o sexo, Universidade Estadual de Maringá, de 2007 até 2024



Fonte: Dados da pesquisa, com informações básicas do ETG/UEM

A maior quantidade de contratos femininos se deve aos cursos com licenciatura, em que a proporção de mulheres é maior. Neste sentido, o aumento substancial nas matrículas no curso de pedagogia verificado em 2012 associa-se à incorporação de estudantes oriundos da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, cujo processo de regularização de diplomas exigiu o cumprimento de estágios obrigatórios.

A assimetria de gênero evidencia-se com maior nitidez na retração de 2009-2011, quando os contratos femininos caíram de 5.200 para 3.500, aproximadamente, enquanto os masculinos permaneceram estáveis, e, de forma mais acentuada, na crise sanitária de 2020, com retração de 55% na série feminina contra 47% na masculina. Tais resultados sugerem que crises econômicas e sanitárias afetam desproporcionalmente a participação feminina nos estágios obrigatórios.

A Tabela 1 permite qualificar essas assimetrias a partir de outras dimensões do contrato. Quanto a participação geral, as mulheres mantiveram-se acima de 65% em todos os anos, atingindo picos de 80% em 2009 e 2017 e recuando, ainda que predominante, em 2024.

Tabela 1 - Composição dos estágios por características do contrato, segundo o sexo, Universidade Estadual de Maringá, 2009-2024

Variável	2009		2017		2024	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Total (%)	73,7	26,3	71,4	28,6	66,1	33,9
Carga Horária						
0 a 10 horas (%)	83,81	16,18	81,03	18,97	74,46	25,54
11 a 20 horas (%)	56,26	43,74	58,17	41,83	62,69	37,31
21 a 30 horas (%)	60,15	39,85	59,61	40,38	60,53	39,47
31 a 40 horas (%)	44,80	55,20	62,50	37,50	33,33	66,66
Bolsa						
Valor médio (R$)	982,9	1.049,01	983,17	1.036,75	959,32	1.007,29
Bolsa por modalidade						

Obrigatório (R$)	1.223,11	1.382,41	1.122,81	1.191,24	1.020,25	1.145,02
Não obrigatório (R$)	935,36	978,85	954,77	993,87	941,59	958,52
Setor de Atividade						
Privado (%)	55,05	44,95	55,52	44,48	55,79	44,21
Público (%)	81,18	18,82	78,15	21,85	73,62	26,38

Fonte: Dados da pesquisa, com informações básicas do ETG/UEM

Quanto à carga horária, nas faixas menores há predomínio das mulheres (média de 79,77% nos três períodos), enquanto os homens, minoritários em todos os intervalos, concentram-se principalmente na faixa de 31 a 40 horas, exceção feita a 2017, quando a maior concentração masculina ocorreu entre 11 e 20 horas. Os cursos com maior carga horária são, em ordem decrescente, odontologia, farmácia, agronomia, zootecnia e engenharia química. Nas faixas intermediárias (11 a 30 horas), a distribuição por gênero acompanha o mesmo padrão observado nas proporções gerais dos contratos.

Em relação à bolsa, o valor médio masculino superou o feminino nos três anos analisados. Ainda que a diferença seja modesta, o resultado é relevante por muitos contratos terem valor pré-fixado antes mesmo da candidatura. Quanto à modalidade, os contratos obrigatórios apresentaram valores médios superiores para ambos os gêneros em todo o período, embora o volume de bolsas não remuneradas nessa modalidade seja 97,99% maior que na modalidade não obrigatória, restringindo esse valor médio mais alto a um número reduzido de estagiários. De modo geral, os valores médios das bolsas declinaram ao longo do período, com exceção de leve alta em 2017 (bolsa feminina e modalidade não obrigatória para ambos os gêneros). A maior queda ocorreu na bolsa feminina entre 2017 e 2024 (R$ 102,56, aproximadamente 9,13%).

Quanto ao setor, as mulheres predominam expressivamente no setor público (média de 77,65% nos três anos), com participação masculina crescente; no setor privado, apesar da proporção ainda desfavorável aos homens, registram-se os maiores percentuais masculinos, estáveis próximos a 44%.

CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que as desigualdades de gênero observadas no mercado de trabalho se reproduzem, em diferentes graus, na etapa do estágio na UEM. As mulheres, embora majoritárias em volume de contratos, concentram-se nas menores cargas horárias e recebem bolsas de valor médio inferior. A predominância feminina no setor público e a crescente presença masculina no setor privado reforçam padrões de segregação ocupacional já descritos na literatura. Conclui-se, assim, que o estágio, embora relevante porta de entrada profissional, não está isento das desigualdades estruturais de gênero que marcam o mercado de trabalho, o que reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à equidade nesse período formativo.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Marina Silva; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 1, p. 105–136, 2012. DOI: 10.1590/S1413-80502012000100005. Disponível em: https://revistas.usp.br/ecoa/article/view/46195. Acesso em: 27 ago. 2026.

LINS, Ana Maria Filgueira Cabral; FRAGA, Márcia de Almeida; LELIS, Henrique Rodrigues. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 509-523, mar. 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i3.18338. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v11i3.18338. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.